



Evento: XXVI Jornada de Extensão

ENTRE SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS: DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA¹

Júlia Amanda Herter Schneider², Maria Simone Vione Schwengber³, Cauana Peyrot Conceição⁴

¹ Este trabalho constitui um recorte da dissertação de mestrado em Educação nas Ciências na UNIJUÍ, em desenvolvimento, que investiga as violências corporais e sexuais contra crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

² Mestranda do Programa de Mestrado em educação nas Ciências

³ Professora Dra. do Programa em Educação nas Ciências na Unijuí.

⁴ Doutora em Educação nas Ciências e Secretária de Cultura do município de Jóia-RS.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra meninas constitui uma das mais graves violações de direitos humanos. No Brasil, os dados revelam um cenário alarmante: segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 86% das vítimas de estupro com menos de 13 anos são meninas. Já o Atlas da Violência (2024) aponta que, em 2022, quase metade (49,6%) das violências registradas contra meninas de 10 a 14 anos tinha caráter sexual, evidenciando a desigualdade de gênero como determinante para a vitimização.

No caso de meninas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa vulnerabilidade é ainda maior. Diagnosticadas, em geral, mais tardiamente que os meninos, devido ao mascaramento de sintomas e maior adaptação social, enfrentam um duplo silenciamento: o de gênero, historicamente marcado pela subalternização do corpo feminino, e o da deficiência, que restringe o reconhecimento social e o acesso a espaços de fala. Essa sobreposição de desigualdades amplia o risco de violências e revela a ausência de políticas públicas específicas para prevenção e proteção dessa população.

Refletir sobre a interseção entre gênero, deficiência e violência sexual é, portanto, fundamental. Este estudo propõe discutir as vulnerabilidades das meninas autistas a partir dos referenciais de Judith Butler e bell hooks, problematizando os mecanismos de exclusão e apontando caminhos de resistência e produção de voz. **Diante desse cenário, coloca-se a**



seguinte questão de pesquisa: como a sobreposição de desigualdades de gênero e deficiência contribui para a invisibilidade e a vulnerabilidade de meninas com TEA frente à violência sexual no Brasil?

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na análise crítica de produções acadêmicas, documentos oficiais e relatórios institucionais sobre violência sexual, gênero e deficiência. A pesquisa ancora-se nos pressupostos da análise do discurso em perspectiva foucaultiana, articulada aos referenciais de Judith Butler e bell hooks, que permitem problematizar as dimensões de poder, exclusão e resistência que atravessam os corpos de meninas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O corpus é constituído por dados secundários oriundos de bases oficiais, como o Atlas da Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, complementados por literatura científica nacional e internacional que discute interseccionalidade, autismo e violência de gênero. A análise privilegia a identificação de silenciamentos e invisibilidades nos discursos institucionais e acadêmicos, visando evidenciar como tais construções impactam a formulação de políticas públicas e práticas de cuidado.

Assim, a metodologia busca tensionar os discursos dominantes e visibilizar experiências historicamente marginalizadas, contribuindo para a construção de uma reflexão crítica comprometida com os direitos humanos e a inclusão social.

Butler(2015), ao problematizar “quais vidas importam”, chama atenção para a distribuição desigual da vulnerabilidade na sociedade. Nem todos os sujeitos são reconhecidos como dignos de proteção, e essa negação do reconhecimento aprofunda as situações de precariedade. No caso das meninas autistas, essa reflexão se torna central: muitas vezes não são vistas como sujeitos plenos de direitos, mas como “eternas dependentes”, cujos corpos ficam mais expostos à manipulação e à violação.



hooks (2019) por sua vez, traz contribuições ao pensar o patriarcado como sistema que naturaliza a dominação masculina e silencia mulheres, especialmente as que se encontram em intersecções de opressão, como classe, raça e deficiência. Sua defesa de comunidades pedagógicas e espaços de resistência ressalta a importância de escutar as vozes silenciadas e construir coletivamente formas de enfrentar a violência. Para hooks, a pedagogia crítica e feminista deve ser capaz de transformar o espaço social em território de emancipação e proteção, e essa perspectiva dialoga diretamente com a urgência de pensar o cuidado com meninas autistas em ambientes clínicos, escolares e familiares.

Ao articular Butler (2015) e hooks (2019), é possível compreender que as meninas com TEA não apenas vivem uma condição de vulnerabilidade, mas também podem ser reconhecidas como sujeitos de resistência, desde que lhes seja garantido espaço de escuta e de afirmação de sua autonomia corporal.

O DUPLO SILENCIAMENTO DE MENINAS COM TEA: ENTRE INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

O duplo silenciamento vivido por meninas autistas manifesta-se de múltiplas formas. O diagnóstico tardio, frequentemente associado ao mascaramento de sintomas, contribui para que suas demandas específicas sejam negligenciadas justamente na infância, período em que, segundo dados nacionais, a violência sexual é mais recorrente. Além disso, as dificuldades comunicacionais de muitas delas fazem com que sejam menos ouvidas e, por vezes, desacreditadas ao relatar situações de abuso, ampliando o risco da perpetuação da violência.

Esse contexto evidencia a insuficiência das políticas públicas, que raramente articulam gênero e deficiência em estratégias de prevenção e proteção. A invisibilidade das meninas com TEA no debate social e acadêmico sobre violências corporais e sexuais reflete não apenas a ausência de protocolos de cuidado, mas também a escassez de pesquisas e formações profissionais que deem conta das especificidades dessa população. Como argumenta Butler (2015), determinados corpos são historicamente produzidos como “menos reconhecíveis”, e,



portanto, menos dignos de proteção. Essa não inteligibilidade social do corpo autista feminino o expõe a camadas adicionais de vulnerabilidade.

Por outro lado, é possível identificar iniciativas que apontam caminhos de resistência. A campanha “**Sou autista, tenho direito ao meu próprio corpo**”, desenvolvida pela Associação ABRAÇA, constitui um movimento de afirmação política e pedagógica do direito à autonomia corporal e à proteção contra violências. No campo clínico e educacional, práticas multidisciplinares também podem contribuir para fortalecer essas resistências, promovendo estratégias de reconhecimento do próprio corpo, diferenciação entre toques de cuidado e toques abusivos, além de ampliar a capacidade comunicativa e a possibilidade de denúncia.

A escola, nesse cenário, pode assumir dupla face: espaço de cuidado ou de vulnerabilidade. Quando desinformada, tende a reproduzir silenciamentos; quando preparada, pode se tornar ambiente de acolhimento e proteção. É nesse sentido que a reflexão de bell hooks (2017) sobre comunidades pedagógicas se mostra essencial: criar coletivos que envolvam profissionais, famílias e crianças, possibilitando que meninas com TEA sejam protagonistas na construção de práticas de resistência e proteção. Como lembra a autora, a educação crítica é, sobretudo, um ato de liberdade, e somente em espaços comunitários e dialógicos é possível romper com as estruturas que sustentam a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre violência sexual, gênero e deficiência constitui um desafio urgente e inadiável. As meninas com Transtorno do Espectro Autista vivenciam um duplo silenciamento que precisa ser enfrentado tanto pela via da produção acadêmica quanto pela intervenção prática em contextos clínicos, escolares e sociais. A partir de Butler (2018), compreende-se a necessidade de ampliar o reconhecimento dessas meninas como vidas passíveis de luto e dignas de proteção, rompendo com a lógica da não inteligibilidade que historicamente as marginaliza. Com bell hooks (2017), vislumbra-se a possibilidade de construir comunidades pedagógicas e de resistência, capazes de transformar o cuidado em prática emancipatória e em exercício coletivo de liberdade.



Nesse sentido, este estudo reafirma que proteger meninas autistas significa garantir-lhes voz, autonomia e o direito de serem reconhecidas como sujeitos plenos. Mais do que denunciar desigualdades, é fundamental propor ações concretas: formação continuada de profissionais, elaboração de protocolos específicos de prevenção, implementação de campanhas de sensibilização e fortalecimento do diálogo interdisciplinar. Somente por meio dessas iniciativas será possível romper os silenciamentos e instituir práticas que assegurem às meninas com TEA não apenas proteção, mas também o direito de viverem em dignidade, livres de todas as formas de violência.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Violência sexual. Desigualdade de gênero. Silenciamento.

AGRADECIMENTO

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos, que tem sido fundamental para a realização do Mestrado em Educação nas Ciências, permitindo não apenas o desenvolvimento da pesquisa, mas também a participação em eventos que ampliam trocas, aprendizados e novos caminhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Atlas da Violência 2024*. Brasília: IPEA; FBSP, 2024.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.